



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

EMENDA Nº - CCJ
(ao PL nº 2.903, de 2023)

Dê-se ao art. 23 do PL nº 2903/2023 a seguinte redação:

“**Art. 23.** O usufruto das terras indígenas sobrepostas a unidades de conservação será assegurado mediante homologação dos territórios de ocupação tradicional e criação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas.

§ 1º O órgão federal gestor das unidades de conservação atuará conjuntamente com os povos indígenas, considerando seus usos, tradições e costumes, e poderá, para tanto, contar com a colaboração da Funai.

§ 2º As unidades de conservação em terras indígenas observarão as diretrizes da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, para promover e garantir proteção, recuperação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais.

§ 3º O trânsito de visitantes e pesquisadores não indígenas deve ser admitido na área afetada à unidade de conservação, nos horários e condições estipulados pelo órgão federal gestor, em diálogo com os povos indígenas.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe a alteração do art. 23, para reconhecer o papel de conservação do meio ambiente prestado pelos povos indígenas para toda a sociedade brasileira - razão pela qual a demarcação de terras indígenas têm se provado medida eficaz de garantia de um meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações, nos termos do art. 225 da Constituição Federal.

No contexto da crise climática associada ao aquecimento global, as terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas afiguram-se

essenciais à proteção da biodiversidade, das florestas e das águas, contribuindo de forma substancial para o equilíbrio climático, graças à relação harmoniosa que tais povos mantêm com a natureza.

Cada vez mais despontam estudos científicos comprovando os relevantes serviços ambientais oferecidos pelos povos indígenas. É o caso, por exemplo, do estudo publicado pela Mapbiomas Brasil, segundo o qual, ao longo de 30 anos, as terras indígenas perderam apenas 1% de toda a vegetação nativa, ao passo que, nas áreas privadas, a perda de vegetação nativa foi de 20,6%.

No mesmo sentido, os dados da Organização das Nações Unidas (ONU) demonstram que os territórios tradicionais indígenas abrangem 28% da superfície terrestre do mundo, mas abrigam 80% de toda a biodiversidade planetária.

Nesse sentido, a emenda em tela propõe que, nos casos de sobreposição de unidades de conservação ambiental a terras indígenas, seja observada a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, com foco em promover e garantir a preservação, recuperação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais em terras indígenas. E que, para tanto, sejam elaborados Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas.

Sala da Comissão,

Senador ALESSANDRO VIEIRA